
Trabalho e uso de nossa faculdade de conceituar¹

Work and use of our faculty of concepts

Travail et usage de notre faculté des concepts

Yves Schwartz²

RESUMO

Esse artigo, destinado a professores de Filosofia, sugere que a reflexão sobre o "trabalho" interpela de forma original a atividade de formação de conceitos que está no cerne do trabalho filosófico. Começamos lembrando como o sentimento de carência na abordagem sobre o trabalho no mundo universitário nos levou a criar um dispositivo de formação inédito, reunindo sobre essa questão universitários e o mundo do trabalho. No final dessa longa experiência, ficou evidente a necessidade de revisitar os principais conceitos da Filosofia (sujeito, valores, saúde, linguagem, normas...), tendo como cerne a ideia de que todo trabalho, e mais do que isso, toda atividade humana, é sempre uma forma de dramática de uso de si, articulando em condições que nunca podem ser antecipadas o uso de si por si mesmo e o uso de si pelos outros. Mas qual deontologia epistemológica deve ser usada para construir saberes sobre o trabalho? Como evitar as "usurpações" que priorizam os saberes "em desaderência", o do uso de si pelos outros, em detrimento do "saberes valores" imersos nos reajustamentos (as "renormalizações") do uso de si por si mesmo? Uma relação de saber-poder que é muito onipresente na vida social. A partir dessa questão, que é também social e política, surge uma dupla definição de trabalho: uma genérica, que nos define como seres humanos – o uso de si – e uma histórica, que torna o trabalho uma obrigação e designa uma categoria social marcada por desigualdades e carências. Nos interrogamos sobre a

¹ Conferência proferida no dia 6 de outubro de 2022, em língua francesa, na abertura da 12ª Semana Filosófica de Langres, na cidade de Langres, situada na Região Administrativa do Grande Leste, no Departamento Haute-Marne, organizada pelo Ministério de Educação Nacional, para 250 professores de Filosofia. Disponível em <http://eduscol.education.fr>rpl-2022-le-travail>. Tradução e revisão técnica de Edna Maria Goulart Joazeiro, com aprovação do autor.

² Filósofo, professor Emérito da Université de Sciences Humaines da Aix-Marseille Université, França. Presidente Honorário da Sociedade Internacional de Ergologia (SIE), Paris, França. Membro Correspondente da Academie des Sciences Morales et Politiques do Institut de France. E-mail: yves.schwartz@univ-amu.fr.

gênese dessa forma histórica desde o início da humanidade e sugerimos que essa deriva do trabalho está, sem dúvida, no centro da anemia da democracia atual.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Atividade, Conceitualização, Democracia.

ABSTRACT

This paper, aimed at philosophy teachers, suggests that the reflection on 'work' uniquely challenges the activity of concept formation that lies at the heart of philosophical work. The feeling of lack of addressing the topic of work in the university world inspired us to develop an innovative training device that brought together university students and the world of work. After this extensive experience, it became apparent that a reassessment of fundamental philosophical concepts (such as subject, values, health, language, norms) was necessary. At its core is the notion that all work and, beyond that, every human endeavor represent a form of "dramatic of use of self". This involves navigating unforeseeable conditions that intertwine one's self-use and the use of oneself by the other. Which epistemological deontological framework should be employed to construct the know about work? How do we guard against "usurpations" that prioritize the "lack of adherence" of the know", the use of oneself by others, at the expense of "value of the know" immersed in the readjustments (the "renormalizations") of self-use? This to know-power dynamic is highly pervasive in social life. From this issue, which is also social and political arises a dual definition of work: a general one, defining us as human beings – as the use of oneself – and a historical one that imposes work as an obligation, designating a distinct social category due to inequalities and deficiencies. We ponder about the genesis of this historical form since the dawn of humanity, and we suggest that this drift from work is undoubtedly central to the anemia of current democracy.

KEYWORDS: Work, Activity, Conceptualization, Democracy.

RÉSUMÉ

Ce texte, destiné aux professeurs de philosophie, voulait suggérer que la réflexion sur « le travail » interpelle de façon originale l'activité formatrice de concepts, au cœur du travail philosophique. On rappelle d'abord comment le sentiment d'un manque dans l'approche du travail par le monde universitaire nous avait conduit à créer un dispositif de formation inédit, associant sur cette question, universitaires et monde du travail. Au terme de cette longue expérience, est apparue la nécessité de revisiter des concepts majeurs de la philosophie (sujet, valeurs, santé, langage, normes...), et au cœur cette idée que tout travail, et au-delà toute activité humaine, est toujours une forme de dramatique d'usage de soi, articulant dans des conditions jamais anticipables usage de soi par soi et usage de soi par les autres. Mais alors quelle déontologie épistémologique pour construire des savoirs sur le travail ? Comment éviter les « usurpations » qui priorisent les savoirs « en désadhérence », ceux de l'usage de soi par les autres, au détriment des « savoirs valeurs » immergés dans les réajustements (les « renormalisations ») de l'usage de soi par soi ? Un rapport savoir-pouvoir trop omniprésent dans la vie sociale. A partir de cette question qui est aussi sociale et politique, on se trouve face à une double définition du travail : une générique, qui nous définit comme êtres humains – l'usage de soi – et une historique, qui fait du travail une astreinte, et désigne une catégorie sociale marquée d'inégalités et de manques. On s'interroge sur la genèse de cette forme historique depuis les débuts de l'humanité et on suggère que cette dérive du travail est sans doute au cœur de l'anémie de la démocratie aujourd'hui.

MOTS-CLÉS : Travail, Activité, Conceptualisation, Démocratie.

INTRODUÇÃO

Caros colegas, bom dia a todas e todos. Agradeço aos organizadores e organizadoras e à magnífica cidade de Langres por esta bela manifestação anual. Agradeço à Inspection Générale por ter me convidado e me dado a maravilhosa honra – perigosa – de ministrar uma conferência inaugural. Não é fácil introduzir esta série de seminários e de conferências, tão ricas em conteúdo, sobre o tema geral do trabalho que, em última análise, é tão “complicado”. Com o consentimento do Reitor³ F. Burbage, e para evitar uma apresentação excessivamente impessoal, preferi tentar dar uma resposta sintética, com base em minha história pessoal, à pergunta: o que o trabalho muda para a Filosofia? De que forma o trabalho nos convida a mudar algo, e o quê na Filosofia?

A atenção ao trabalho tem sido meu ponto de partida para pensar sobre essas mudanças, mas tive o cuidado de estar ciente das armadilhas.

Essa necessidade de mudar alguma coisa nas aquisições preciosas que eu havia conseguido acumular como estudante e jovem professor de Filosofia resultou de um mal-estar gradualmente instilado pelos eventos de maio de 1968: a intuição de que algo estava faltando, para compreender o que estava em jogo nos movimentos sociais, faltava uma forma de tornar visíveis os saberes e aquilo a que mais tarde chamarei os saberes-valores no coração do trabalho. Era como se um diálogo sem precedentes tivesse que ser estabelecido entre as formas de cultura e de incultura específicas, respectivamente, aos saberes conceituais dos universitários e aos saberes valores difusos do mundo do trabalho, saberes “tórpidos”, como disse Canguilhem na Apresentação de minha tese, *Experience et Connaissance du Travail*⁴ (1988; 2012, p. 20).

No artigo “Arte” da *Encyclopédie*, Diderot opôs “o conhecimento inoperativo das regras da arte” à sua “prática”: “há em toda arte um grande número de circunstâncias

³ Reitor da Inspection Générale, interlocutor do Ministère de l'Éducation Nationale para o corpo dos Inspetores Gerais de Filosofia.

⁴ *Experiência e Conhecimento do Trabalho*, Título da Tese de doutorado de Estado, defendida em 1986.

relativas ao material, aos instrumentos, ao manuseio, que só o uso ensina" (DIDEROT)⁵. Há nisso um desejo de diálogo de que falo, só que estes "saberes de uso" evocados por Diderot são de ordem técnica, mas não evocam os valores que animam o interior desse fazer industrial. Com o encontro destas duas formas de conhecimento, vemos que está em jogo a nossa faculdade de conceber, para usar o título um pouco enigmático da minha comunicação.

Para cuidar desse mal-estar, uma dezena de anos foram necessários para atravessar os 200 metros que separam a rua Ulm, 45, (a Escola Normal Superior⁶, ENS), do Laboratório de Ergonomia do CNAM⁷, na rua Gay Lussac, 41; e assim transformar esta intuição de uma falta conceitual na minha formação, em um conteúdo crítico, susceptível de [re]interrogar a minha profissionalidade filosófica. Os grandes mestres da ENS ou em torno da ENS da época, Althusser, Derrida, Bourdieu, Foucault e outros, aliás mentes magistrais, me pareceram, no entanto, fazer uso do conceito em "desaderência", como devo dizer mais tarde, em relação às "dramáticas" *in situ* nas atividades de trabalho. Para retomar a expressão de Diderot, poderíamos dizer que foi uma grande época do "conhecimento inoperativo". Esta intuição de um *déficit* conceitual, pelo contrário, seria confirmada ao frequentar o que experimentavam na época no CNAM, sob a direção do ergonomista Alain Wisner, os pesquisadores e membros de sua equipe.

Eles constataram que, mesmo em situações regidas por regras prescritivas tayloristas que restringiam ao máximo a ação industrial, apesar dessa padronização aparentemente radical de gestos e tempos, havia uma enigmática "atividade" – essa foi a palavra que eles utilizaram, e que nós devemos profundamente "re-usinar" para identificar nossa *démarche* (abordagem) como "ergológica", ou estudo da atividade – uma enigmática atividade que reajusta, geralmente no inaparente, essas normas antecedentes, fazendo assim a transição, segundo eles, do "trabalho prescrito" para o trabalho "real".

⁵ Cf. Art, (DIDEROT, p. 1:715) disponível em <https://artflsrv04.uchicago.edu/philologic4.7/encyclopédie0922/navigate/1/4191>

⁶ École Normale Supérieure, Paris, França .

⁷ Sigla de Conservatoire National des Arts et Métiers (Conservatório Nacional de Artes e Ofícios), Paris, França.

Eu fiquei então pensando filosoficamente sobre essa estranha constatação: qual é o operador indeterminado em cada trabalhador dessa mudança de normas, nem totalmente consciente nem totalmente inconsciente?

Nem o simples efeito de uma demanda corporal, nem uma simples decisão intelectualmente amadurecida? Que conhecimento, tão distante de nosso uso de conceitos, e que estatuto deveríamos atribuir a ele, impulsionou essas “renormalizações” industriais, como viemos a chamá-las? Que valores estavam impulsionando essas renormalizações? Além disso, essa observação, feita dentro das organizações tayloristas, parecia ser um imenso raciocínio *a fortiori*: se mesmo onde a heterodeterminação do agir humano parece ser máxima, cada trabalhador, individual e coletivamente, ainda assim está buscando um esboço do “livre jogo das faculdades”, aquela expressão kantiana da Terceira Crítica, na qual tenho trabalhado bastante, então, é o trabalho em geral e, sem dúvida, além disso, toda a atividade humana, que precisa ser repensada.

Então, decidimos, no início dos anos de 1980, tentar introduzir na instituição universitária um dispositivo de formação, destinado a testar uma tal concepção de atividade humana, e assim contribuir para uma intervenção inovadora sobre as situações de trabalho em plena transformação: na Université de Provence⁸, através da formação contínua, depois com um diploma universitário, e, mais tarde, com diplomas nacionais (DESS, Master), tentamos organizar este diálogo entre as culturas e inculturas específicas, através do acesso de profissionais, incluindo trabalhadores sem diploma de bacharel, a essas formações inéditas, ao lado de estudantes de todas as disciplinas.

Após trinta e cinco anos de experiência, um triplo balanço:

- Se quisermos compreender alguma coisa sobre a eficácia industrial, se quisermos compreender como funciona, bem ou mal, uma linha de montagem, um serviço hospitalar, uma sala de aula, precisamos nos instruir sobre a história dos debates entre as "normas antecedentes" e as renormalizações dos protagonistas da situação.

⁸ A Universidade de Provence está situada cidade de Aix-en-Provence, na Região Provence, Alpes, Côte d’Azur, também denominada Região PACA, uma das 18 Regiões Administrativas da França.

Pois são essas renormalizações que, em última análise, resultam no produto ou no serviço final.

- Como resultado, em 1987, chegamos a esta constatação ou a esta definição⁹: o agir no trabalho é sempre um "uso de si", a ser entendido como um debate inescapável, mas difícil de esclarecer entre o uso de si "pelos outros" (do qual a prescrição tayloriana dá uma ideia muito simplificada) e o uso de si "por si mesmo", que pode ser evocado pela renormalização industriosa (ou o objetivo de um "livre jogo de faculdades").
- Desde o primeiro ano (1984), a experiência desse diálogo entre esses dois tipos de parceiros transformou irreversivelmente nosso ofício. Funcionando como uma força de convocação e de reconvocação de saberes, nossos interlocutores nos levaram a retrabalhar nossas concepções sobre o agir, o corpo, a saúde, a linguagem, a questão das normas, dos saberes, dos valores, da fabricação da história... Ao fazer isso, estávamos gradualmente indo além do campo comumente chamado Trabalho. Nessa postura de debates entre os especialistas da "desaderência" (nós mesmos, equipe universitária), e os protagonistas da atividade industriosa (postura que chamaríamos de "Dispositivo Dinâmico de Três Polos" (DDTP)¹⁰, surgiu uma série de conceitos que interpelam a Filosofia e as Ciências Humanas: por exemplo, o "corpo-si" (o lugar do sujeito); no processo de produção de valores mercantis, a efetividade dos "valores sem dimensão"; a linguagem como lugar de entrecruzamento do falar como ferramenta do corpo-si na aderência do agir e da linguagem como ferramenta de comunicação, apoiada na desaderência; a "dupla antecipação", que, nas organizações, muito mais do que cooperar opõe, para retomar a dualidade de Diderot, a antecipação por meio do "conhecimento inoperativo das regras da arte", aquela em geral dos enquadramentos, e aquela dos saberes não-antecipáveis da "prática" dos chamados "executores"; a noção de competência, que retoma a antiga questão platônica da *technè* industriosa : mas o que sabem os artesãos gregos? e que

⁹ « Travail et Usage de Soi », in *JE, sur l'individualité*, collectif, Editions Sociales 1987.

¹⁰ Cf. SCHWARTZ, Yves, Ergonomie, philosophie et exterritorialité. In: **Le paradigme ergológico ou un métier de Philosophe**, 2000, p. 91 et seq. Podemos também citar **L'activité en Dialogues**, tradução Fabrefactum, BH, 2016, as páginas 387-388, referente ao esquema dos DDTP.

só pode ser abordada com base em ingredientes¹¹ heterogêneos; as "reservas de alternativas", potencialmente transformadoras das situações de trabalho e de vida, se somente forem colocadas em visibilidade e socializadas a partir de renormalizações industriais.....

Essas noções, produzidas ano após ano no seio desses dispositivos dinâmicos de três polos, têm sido constantemente enriquecidas, mas não invalidadas; e elas têm, de acordo com nossos parceiros de todos os setores da atividade de trabalho – e, acrescentemos, de vários países – parcialmente reconfigurado suas responsabilidades pessoais, familiares, profissionais, sociais, cidadãos e militantes.

Essas breves e elípticas indicações permitem, como podemos ver, visualizar as mudanças críticas que tal concepção de trabalho e de atividade humana sugere ao trabalho filosófico.

Assim, do ponto de vista epistemológico, o trabalho como uso de si nos conduz, e até nos obriga, a distinguir as normas diferentes na fabricação conceitual segundo o campo considerado, o critério sendo a presença ou a ausência nos seres dentro desse campo do “fazer a qualquer distância do que está prescrito para ser feito”, conforme a maneira que Canguilhem (2012, p. 21) evocava nosso conceito de uso de si, “matriz incontornável de incerteza cognitiva”.

Nós fomos conduzidos a distinguir quatro tipos de "epistemicidades": a primeira produz os conceitos, as leis, aos modelos voltados para objetos que não estão sujeitos a debates de normas, ou ao uso de si (Matemática, Ciências dos Materiais). Os conceitos da segunda visam as normas da vida social, ou seja, aquelas de seres que têm debates de normas, mas que regulam seu viver junto, por meio de sistemas jurídicos, regulamentos, procedimentos... Os conceitos das Ciências Sociais, por outro lado, não visam padronizar a atividade humana, mas conhecê-la, sob o pressuposto de uma modelização possível dos comportamentos humanos. Essas três epistemicidades tem toda a sua fecundidade, desde que respeitem os limites de seu uso. A quarta epistemicidade, promovida pela ergologia,

¹¹ Cf. SCHWARTZ, Yves, Les ingrédients de la compétence : un exercice nécessaire pour une question insoluble. In: **Le paradigme ergológico ou un métier de Philosophe**, 2000, p. 479 et seq. E igualmente cf. a tradução em português de **Trabalho e Ergologia: Conversas sobre a atividade humana**, EDUFF, 3 Edição, p. 219 et seq.

não descreve nem lê o futuro das atividades humanas somente a partir das normas antecedentes; ela assume o desconforto intelectual que produz os debates de normas e as renormalizações de todo agir sempre em parte não antecipável. Por exemplo, nosso conceito de "entidade coletiva relativamente pertinente" (SCHWARTZ, 2005, p. 242; 1998, p. 131)¹²: o "trabalhar junto" tem sempre uma história parcialmente singular, jamais somente determinada pelos organogramas, mas resultado local de encontros de usos de si, sobre os quais pesquisadores ou gestores devem se instruir e que só podem prever ou modelizar de forma imperfeita.

Portanto, podemos temer que as "usurpações" sejam ameaçadoras, ou seja, formas de usar os conceitos que vão além do seu domínio legítimo. O taylorismo foi mencionado: a "organização científica do trabalho" que ambiciona tratar o agir industrioso como se pertencesse à primeira epistemicidade, aquela que ignora os debates de normas ou o uso de si dos trabalhadores (as). Este é um exemplo extremo. Mas quantas maneiras existem de governar as atividades humanas que ignoram ou subestimam o fato de que nenhum ser humano pode viver sem estar constantemente fazendo "uso de si mesmo"! E, portanto, nenhuma ciência pode modelar o seu agir de cima para baixo. Essa usurpação dos recursos do conceito ilustra de maneira paradigmática um mal-uso¹³ ou um uso doentio de nossa faculdade conceitual.

Uma tal prática de usurpação manifesta que por trás desta reconsideração da epistemologia está uma reflexão ética sobre o governo das atividades humanas. Como se fosse necessário revisitar a Filosofia Política, e a própria noção de democracia, segundo o grau em que é admitida ou ignorada esta dimensão do uso de si em todo o agir humano. A partir daí, temos procurado repensar uma série de práticas profissionais cujo exercício levaria em conta o fato e as potencialidades dessa dupla dimensão de toda atividade humana como uso de si (por si/pelos outros) e, portanto, como debate de normas arbitrando estas duas formas: foi assim que tentamos experimentar o que chamamos de ergo-prevenção, ergo-formação, ergo-gestão, ergo-sindicalismo, ergo-política... O "trabalho", apesar da imprecisão desta noção, é o ponto de aplicação privilegiado destas

¹² Cf. Glossário da Ergologia, 3ª Edição EDUFF da tradução de **Trabalho e Ergologia**, p. 341.

¹³ Cf. SCHWARTZ, Y. Travail et usage de soi. In : **Travail et Philosophie** : convocations mutuelles, 1992, p. 55 et seq. Publicado também na Revista **Pro-posições**. v.11, n.2(32), jul. 2000, p. 42 et seq.

abordagens mas elas são suscetíveis de investir em todos os campos da experiência humana.

*

No ponto em que estamos, nos deparamos com uma bipolaridade, uma bivalência no nosso encontro no trabalho. Num primeiro sentido, através do que pensámos poder concluir da distinção trabalho prescrito/trabalho real onde ela era mais inesperada, fomos levados a afirmar uma tese que não temos medo de dizer antropológica. Viver, para todo corpo-si humano, é ser o cadinho dos usos de si, de embutidos, encaixamentos de debates de normas. Ou seja, eu os lembro sempre, é "fazer com alguma distância do que é prescrito para ser feito". Generalização que vai muito além do que chamamos de trabalho "*stricto sensu*", daquele que espontaneamente se chama "trabalho" e que nós definimos como uma prestação remunerada em uma sociedade mercantil e de direito. Generalização que abrange tudo o que também chamamos, não sem razão, de "trabalho": trabalho doméstico, o que falsamente chamamos de trabalho "informal" (60% do agir industrioso sobre o planeta segundo a Organização Internacional do Trabalho), trabalho político, lúdico, "benévolo"¹⁴ e na diacronia, todas as formas de produção da vida social desde os primeiros bifaces (- 2,5 milhões de anos a.C.). É este primeiro significado que nos autoriza a nos definir, enquanto humanos, como seres de atividade.

Mas, ao mesmo tempo, num segundo sentido revelado por estas "usurpações" conceituais e por todas as formas de negação dos usos de si no campo do trabalho e, mais amplamente, nas arenas da vida social, o trabalho aparece como o lugar onde este recentramento renormalizante – a atividade, no sentido ergológico – é particularmente maltratado. Como compreender no seio da palavra trabalho a unidade contraditória do que se pode chamar de dimensão *genérica* ou antropológica e a dimensão histórica do trabalho? Como pode o trabalho ser o índice de uma comensurabilidade humana, e um lugar de divisão e de oposição entre os humanos?

Essa bivalência só pode ser esclarecida, creio eu, se, bem antes do presente trabalho *stricto sensu*, ao voltarmos aos dois principais limiares dos quais emergimos como

¹⁴ Em francês, o trabalho benévolo é o trabalho ofertado sem demanda de remuneração.

seres de atividade. Vamos explicar, ou melhor, vamos nos referir a duas afirmações de G. Canguilhem – que vocês terão entendido até que ponto ele antecipa o que estamos falando – em um texto que é célebre para nós, onde ele convoca, por assim dizer, esses dois limiares. O texto é "Meio e normas do Homem no trabalho" (1947) dedicado a uma resenha da grande obra de seu amigo G. Friedmann, Problemas humanos do maquinismo industrial (1946). As duas primeiras afirmações constituem uma crítica vigorosa, precisamente no que diz respeito ao taylorismo, à negação do uso de si industrioso, para o dizer nas nossas próprias palavras: esta concepção taylorista da relação entre o homem/ meio "constitui, diz ele, um enorme contrassenso, não só do ponto de vista psicológico – o que é evidente –, mas primeiro e também do ponto de vista biológico – que é menos evidente" (2015, t. IV, p. 299). Estamos no meio do que chamamos de "usurpação conceitual"; e uma página depois, "As reações dos trabalhadores à extensão progressiva da racionalização taylorista, revelando a resistência do trabalhador às 'medidas que lhe são impostas de fora', devem, portanto, ser entendidas tanto como reações de defesa biológica quanto de defesa social, e em ambos os casos como reações de saúde" (p. 300). O uso de si, que revela a resistência ao taylorismo e ao raciocínio *a fortiori* que ele permite, demonstra de certa forma que se o agir no trabalho resiste à completa heterodeterminação imposta pelo meio ("medidas impostas de fora"), é principalmente por razões biológicas. "Viver é valorizar: isto é, escolher, preferir e excluir", dizia Canguilhem (2015, t. IV, p. 35). Na resistência ao taylorismo, mais genericamente no distanciamento das normas induzido por todo debate sobre o uso de si, podemos e devemos ler a herança distante deste primeiro limiar, o da emergência da vida. Expressa uma característica universal do que é viver, que já manifestam os primeiros unicelulares, protozoários, amebas.

Mas um pouco antes, neste mesmo texto de 1947, Canguilhem havia denunciado a usurpação do artigo singular na expressão "a" racionalização tayloriana, que afirma ser um "absoluto técnico". No entanto, diz ele, "Os fins de uma sociedade econômica não estão inscritos na natureza das coisas, nem na natureza dos homens [...] O significado de uma mudança, os fins de uma empresa podem ser múltiplos e incompatíveis" (p. 295-296). Com a humanidade surge este segundo limiar, também enigmático: passamos do "meio"

teorizado nas obras de Von Uexküll¹⁵, como sendo o que compõe, contra a heterodeterminação pelo meio ambiente, a capacidade ativa de organização de cada organismo, para um “mundo”, a contrapartida, para os humanos, da sua não especialização, da sua “privação orgânica” (p. 458), como diz o antropólogo alemão A. Gehlen (2020), cujo livro *L’Homme*, foi recentemente traduzido. O homem “está aberto ao mundo”, sendo o mundo “o projeto de um ser cuja vida não se fixa naturalmente num ambiente setorizado e determinado” (2020, p. 65). De certa forma, passamos de uma presença tendencialmente repetitiva e estereotipada em cada indivíduo de uma espécie do que é valioso para viver no meio ambiente para uma relação Vida/Valores, no plural, na medida em que através da ação e do trabalho, o homem deve configurar diversas formas de estar “apto para viver” (p. 65). Um mundo onde cada grupo humano diferenciado tenta afirmar a sua definição coletiva de vida, que não é necessariamente transmitida de forma idêntica de geração em geração: a escolha do *habitat*, a invenção de ferramentas, a natureza da subsistência, os modos de consumo (cru ou cozido), as estratégias de caça e de pesca, a maneira de se vestir, de programar os itinerários, as normas de parentesco, a divisão social e sexual do trabalho... Entramos na história, ou seja, em um mundo de normas, instituídas, específicas de cada povo. Como diz esta famosa frase do antropólogo M. Godelier (1984), um dos melhores especialistas em continuidades e discontinuidades entre o mundo animal e o mundo humano: “Ao contrário de outros animais sociais, os homens não se contentam em viver em sociedade, eles produzem a sociedade para viver [...] Produzem, portanto, cultura, fabricam a história, a História” (p. 9).

Sim, isso é fundamental. Mas essa entrada na história também é o nascimento do trabalho. Ou o primeiro nascimento, porque pelo menos dois outros grandes momentos também puderam reivindicar este título na literatura científica: o advento do Neolítico com as exigências do trabalho agrícola, e o advento do trabalho assalariado e da definição capitalista do trabalho pelo tempo produtivo. Mas este primeiro nascimento tem um significado muito profundo: já não existe esta pré-adaptação tendencial, uma herança da Evolução, onde o que há de valioso no ambiente para os seres vivos de uma determinada espécie é, se assim posso dizer, “inato”. Para os grupos humanos, o que é valioso passa a

¹⁵ Para um aprofundamento cf. CANGUILHEM, *Connaissance de la vie*, edição 2009, nota 1, p. 184, em “Le vivant et son Milieu”.

ser uma escolha, por exemplo tal presa assumindo tais ferramentas adequadas e tal organização coletiva da caça. De agora em diante, os padrões de vida não sendo mais naturais, exigem que a engenhosidade humana possa produzi-los. Uma vez que o conteúdo da vida se torna um objeto variável de escolha, então todos devem servir-se e, fazer uso de si mesmo, portanto, trabalhar, para realizar essas escolhas, até mesmo, por exemplo, a administração dos ritos fúnebres, que é um trabalho como qualquer outro. Mas assim que essas escolhas são da ordem do instituído e não da natureza, esse uso de si se torna cada vez mais claramente um "debate de normas". Como disse Canguilhem (1966) em *O Normal e o Patológico*, "basta que um indivíduo em qualquer sociedade questione as necessidades e as normas dessa sociedade e as desafie" para que possamos medir "até que ponto, em última análise, a sociedade, sede de dissidências contidas ou antagonismos latentes, está longe de se apresentar como um todo" (p. 191). Desde que existe a sociedade, ou seja, a humanidade, viver pressupõe normas que definem o seu conteúdo, e a atividade como o uso de si (por si mesmo/pelos outros) se torna um debate de normas.

Esses dois limiares nos levam a propor uma definição *genérica* de trabalho, que diz respeito a todos nós e nos convoca a todos: o primeiro limiar nos diz que, como seres vivos, somos cadinhos de uso de si, ou seja, sempre a alguma distância das coerções do "exterior". E o segundo limiar é que, como seres humanos, esse uso de si é sempre um debate de normas, entre as normas anônimas e antecedentes do meio em que vivemos e os valores pelos quais, como seres vivos singularizados por nossa história, acreditamos que podemos continuar a viver. Essa dimensão genérica do trabalho, contemporânea de seu primeiro nascimento, que articula esses dois limiares, coextensiva a todas as nossas atividades, é algo de que nunca podemos escapar quando pensamos em "trabalho", seja qual for o conteúdo que lhe dermos. Se não o assumirmos, nós o "desfilosofamos", transformando-o em um segmento particular da vida social, reduzido ao campo da subordinação, desprovido, por essa razão, das perspectivas e da inteligência com as quais o mundo social teria que aprender. Então, se isso acontecer, o trabalho fica abandonado e delegado às subdisciplinas frequentemente desvalorizadas de cada Ciência Humana, às quais a gente acrescenta "do trabalho" (Sociologia, Psicologia, Direito, Medicina, "do trabalho"... e até mesmo "Filosofia do trabalho"). O que resta então a ser compreendido é a outra dimensão

do trabalho, sua "parte maldita", como um lugar de maltrato da atividade e de divisão entre os seres humanos.

*

Uma conferência evoca com razão “a ambivalência do trabalho, a partir de Simone Weil”¹⁶. E vários ateliês dessas “Journées de Langres” ajudarão a compreender a importância, nas nossas civilizações, desta segunda dimensão do trabalho. Seremos breves sobre esta longa “deriva” humana, mas ela resulta deste segundo limiar, específico da humanidade. Uma vez que, com este segundo limiar, a relação Vida/Valores pluralizou-se (Canguilhem, falava de “fins múltiplos e incompatíveis”), a história humana se desenvolverá em uma pluralidade de “projetos heranças”: para cada povo, novas oportunidades para a vida social serão visadas no presente, selecionando em ou do seu patrimônio aquilo que pode equipá-los e justificá-los. Vice-versa, a partir deste patrimônio serão formulados novos projetos de vida a serem testados nas configurações do presente... O ciclo permanente da história que nos forma desde o segundo limiar. Mas como esses projetos heranças serão parcialmente confiscados em benefício de hierarquias sociais que alterarão o seu significado coletivo, de modo que o trabalho perca o seu significado coletivo, de tal forma que o trabalho perca no seio dos povos seu significado genérico, tornando-se uma coerção que pesa sobre determinados grupos sociais e que, para eles, o uso de si "pelos outros" se torna dominante? História, que convoca filósofos (o marxismo), antropólogos, historiadores, e que serão estudados em Ateliês específicos. História evitável, inevitável? Objeto hoje de novas complicações e/ou de transformações inéditas a apontar?

Durante o tão longo Paleolítico, lendo André Leroi-Gourhan (1973) ou Alain Testart (2012) só podemos fazer suposições. Parece que a maneira como os grupos de caçadores-coletores vivia juntos honrava a dimensão genérica do trabalho, no sentido de que seus

¹⁶ Nas Jornadas de Langres, cf. o Seminário B, realizado por Gilles Hanus, professor de Filosofia, Lycée Frédéric Mistral, Académie de Créteil, onde o pesquisador discutiu a ambivalência do trabalho, ancorada na obra de Simone Weil (1909-1943) sobre a questão do trabalho com base na concepção teórica, mas acompanhado também de uma experiência de trabalho em uma fábrica (em 1934-1935), que permitiu à autora um teste de vida ativa dos trabalhadores.

projetos heranças dificilmente envolviam divisões sociais para produzir seu sentido de vida. Marshall Sahlins, em *Stone Age Economics* (1974), baseou essa horizontalidade social em uma economia de vida sem armazenamento ou acumulação. Esses grupos só trabalhavam o que era estritamente necessário para viver no dia a dia (SAHLINS, 1976). "Trabalhador" não é um estatuto em si, nem "trabalho" é uma categoria real da economia tribal", disse ele em 1968¹⁷.

Parece que as coisas mudaram com os projetos herança do Neolítico e com os primórdios da agricultura (o segundo “nascimento do trabalho”), mesmo tendo em conta as defasagens temporais entre a agricultura, a sedentarização e o desenvolvimento das primeiras grandes cidades-estados, concretizando a primeiras hierarquias sociais. Muitos parâmetros devem ser levados em conta, mas basear a alimentação de grupos humanos no cultivo de cereais deve ter desempenhado um papel crítico entre – 8000 a.C. e o 4º milênio para explicar essa “deriva” especializante a uma massa da população para esta tarefa, os cultivadores, iniciando, durante séculos, este desequilíbrio no uso de si industriais, sobre os quais pesará cada vez mais o uso “pelos outros”. O trigo é um produto que pode ser conservado, armazenado, principalmente em potes lacrados (possibilita a propriedade da cultura), supõe sistemas de irrigação coletiva. Mas para tudo isso são necessárias autoridades para a distribuição dos grãos, proteções para sua conservação (muralhas), controles... Como mostra outro antropólogo americano que é um pouco anarquista, mas não sem razão, James C. Scott (2018) em *Homo domesticus, Uma História Profunda dos Primeiros Estados*, confirmado por antropólogos como Jean Guilaine, Pascal Butterlin: com os grãos em todas as suas formas vem o cadastro e a administração tributária, o trabalho, o excedente de produção, a acumulação da riqueza e a diferenciação social. A cidade suméria de Ourouk, no 4º milênio, é emblemática desta gestão centralizada, com contabilização dos bens, impostos, enquadrada por uma provável forte hierarquia social.

Assim surge esta segunda dimensão do trabalho, a sua dimensão histórica que estabelece uma divisão social fundamental, uma nova categoria: "A instituição do indivíduo

¹⁷ Cf. Marx, **Sur les Sociétés pré-capitalistes...** Apresentação de M. Godelier (1970, p. 60).

como trabalhador [...] é em si um produto histórico"¹⁸. É propositalmente que citamos esta coletânea de textos de Marx, apresentada por M. Godelier: através de uma grande erudição avaliada por Godelier à luz de pesquisas recentes, através de transições como o modo de produção asiático, a escravidão, a servidão, as corveias e outros impostos devidos aos poderosos, estes textos transportam-nos de sociedades sem classes para sociedades de classes, incluindo aquelas forçadas a “trabalhar”. Os textos de J. P Vernant (1969) em *Mythe et Pensée chez les Grecs*, mostram claramente que ainda não existe um conceito unificado de “trabalho” e que ainda existe uma distinção clara na consciência social entre camponeses e artesãos. Nesta história mais conhecida, a dimensão genérica do trabalho, que nos diz respeito a todos da mesma forma, parece desaparecer gradualmente em favor do trabalho como lugar de sujeição de certas categorias de seres humanos, no quadro de hierarquias sociais variavelmente estruturadas. O esquema ternário, bem notado por Dumézil, da igreja medieval, separando na vida social quem reza, quem combate, quem trabalha dá continuidade a esta “deriva” ao identificar “trabalho” com o trabalho da terra. No entanto, segundo Le Goff (2010), esta evolução ainda não está fixa: “A partir do Século XII, o trabalho foi objeto de uma notável reavaliação no sistema de valores e de prestígio social das pessoas da Idade Média», o trabalhador tornando-se «colaborador de Deus» para construir um mundo em conformidade com as intenções do seu criador (2010, p. 114).

Mas com a Revolução Industrial e as massas proletárias esmagadas pela acumulação primitiva, esta polarização social que faz do “trabalho” um lugar de coerções impostas a certas camadas da sociedade tornar-se-á doravante uma parte duradoura da consciência coletiva. O uso de si industrioso, tão bem expresso pela "fórmula geral do capital", que Marx (1950, p. 159) resume pela fórmula D-M-D (Dinheiro–Mercadoria–Dinheiro)¹⁹ está agora destinado a criar a mais valia. À medida que “o valor de uso nunca deve ser considerado como o objetivo imediato do capitalista” (p. 157), este uso de si aparece agora estar desligado do seu significado genérico (contribuir para a produção do projeto-herança e, portanto, do conteúdo da vida do povo ao qual pertence). O que o

¹⁸ Cf. Marx, os Grundrisse, trabalhos preparatórios ao Capital, ver **Sur les Sociétés pré-capitalistes**, 1970, p. 59.

¹⁹ No texto em língua francesa o autor utiliza as seguintes categorias “que Marx resume pela fórmula A–M–A (Argent–Marchandise–Argent plus Δ, Livre I do **Capital**, capítulo IV, Editions Sociales, p. 1590).

conceito de trabalho abstrato diz de forma tão brilhante: o tempo de trabalho torna-se, diz Marx em A Contribuição para a Crítica da Economia Política, no “equivalente”, no “mesmo”; “o trabalho que cria valor de troca é igualmente indiferente à forma particular do trabalho mesmo” (p. 9)²⁰. Esse é um conceito importante para a inteligibilidade do funcionamento capitalista, mas não sem riscos: se continuarmos obcecados por esse apelo a uma visão indiferenciada do agir no trabalho, se for apenas o tempo do mesmo e do equivalente que se reproduz, então o que podem significar os debates de normas, as renormalizações, as reservas de alternativas que são tecidas na “aderência”, nos encontros sempre parcialmente inéditos de uma situação singular, diferenciada? Se o agir industrioso não é nada mais do que “o mesmo”, o gasto indiferenciado da atividade humana, ela não faz mais parte da história, não “faz história”, como costume dizer.

Acrescentemos uma característica importante a esta “deriva” para a dimensão histórica do trabalho. Com o “maquinismo” (MARX), com a crescente penetração da tecnologia e, portanto dos saberes científicos na concepção de espaços e processos produtivos, com o crescimento de unidades produtivas, a extensão das trocas e dos dispositivos jurídicos e organizacionais que enquadram essa “imensa acumulação de mercadorias” (MARX, 1950, p. 51), multiplicará instituições (ensino, laboratórios de pesquisa), funções, ofícios, profissionais de desaderência (arquitetos e *designers* de processos, administradores, gestores, consultores, auditores...), em suma, manipuladores de conceitos. Refiro-me ao que disse anteriormente sobre as epistemicidades de 1 a 3. E hoje, com o crescimento prodigioso das chamadas atividades ditas de “serviço”, as profissões presas entre os saberes em “desaderência” e os encontros com o inédito da aderência (os usuários) se tornaram maioria. A postura de desaderência é evidentemente necessária, produzir representações *in absentia* de casos que subsumam às condições singulares de espaço e tempo é um dos gênios da espécie humana (podemos pensar no princípio kantiano da homogeneidade do diverso, no Uso Regulador das Ideias da razão pura) (KANT, 1963, p. 460).

²⁰ No jornal **Le Monde** de 10/09/2022, Alessandro Staziani, pesquisador e economista da EHESS, também observou que, a partir do XII^o Século, o poder não era apenas uma questão de armas, mas também de controle de grãos”, p. 31.

E manipular e transmitir conceitos é um trabalho árduo, e nós, professores, sabemos muito bem disso! Mas em sociedades desiguais e cheias de conflitos, onde o conhecimento pode ser facilmente usado como uma ferramenta de poder, também precisamos estar cientes do risco crescente de usurpação conceitual em detrimento dos saberes-valores tecidos na aderência de agires industriais.

*

Este é o fim da história? Certamente, não.

Quaisquer que sejam as derivas desta dimensão “histórica” do trabalho, sua substancialidade genérica não evaporou. Caminhando com dificuldade sob poderes diversos e, muitas vezes opressivos, nutriu secretamente em mãos (“*en sous-main*”)²¹, de maneira não visível nos grandes momentos de expressão da comensurabilidade humana, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, por mais ambígua que fosse a Revolução Francesa na época relativamente ao trabalho e ao direito de associação; ela nutriu as noções de interesse geral, de serviço público, de mobilizações de projetos-heranças comuns, de projetos de sociedade coletivamente valorizados no seio de um povo. Naquilo que preferimos chamar, por esta razão, de sociedades mercantis e de direito, que outros nomearão, não sem boas razões também, de capitalistas, a ascensão do trabalho assalariado – este terceiro nascimento do trabalho – foi acompanhado de conquistas sociais, de um mínimo de garantias e de direitos assegurando capacidades de resistência e manutenção da cidadania aos assalariados submetidos à subordinação jurídica. Fundamentalmente, e foi aqui que começamos, a menos que deixemos de pensar em nós próprios como seres vivos, a pensar que toda a ação humana será sempre um cadinho de uso de si, isto é, sempre “a alguma distância daquilo que ‘é prescrito fazer’”.

Isso deve ser lembrado, porém, sem ingenuidade. Nosso mundo, ecologicamente ameaçado, está mudando, especialmente no que chamamos trabalho. Contudo, se

²¹ Uso da expressão francesa “*en sous-main*” que significa de maneira não visível, escondida.

quisermos tentar controlar este futuro próximo, uma espécie de anemia da democracia envolve as nossas sociedades mercantis e de direito e, na nossa opinião, o trabalho é o centro e o desafio.

O trabalho muda: certamente, já não estamos sob o domínio do capitalismo das fábricas e das usinas. A mundialização financeira, as “redes sociais”, a desperimetrização jurídica, gestionária, sem falar dos efeitos da pandemia, dispersaram e enfraqueceram as Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes (ECRP) que se cristalizaram ao longo das últimas décadas nos vários mundos do trabalho: aquelas mesmas que se esperaria hoje socializar reservas de alternativas face a um governo do trabalho calculador (Friedmann e Canguilhem falaram em 1947 de “resistência ao taylorismo”). Mas quão fácil seria para estes “mundos de trabalho” propor mundos comuns alternativos? Novas maneiras de produzir e comunicar, a concorrência e a dispersão através das redes sociais, a incerteza sobre os méritos de um crescimento cujos objetivos de consumo parecem muitas vezes questionáveis, tudo formulado, enquadrado, e isso é essencial, através da digitalização, dos algoritmos, da chamada “inteligência artificial”, tudo isso nos convida a repensar profundamente o que podem ser hoje os debates de normas industriais, as renormalizações. Problemas de estratégia, escolha de projetos-heranças, às vezes técnicos, econômicos e políticos.

Mas para gerir esse triplo nó de incertezas, nós cremos que a democracia enfrenta dificuldades. Como dar ou restaurar suas cores? Atualmente, o trabalho como atividade humana é maltratado em três campos distintos, mas totalmente intercomunicantes. E na minha opinião, esse triplo maltrato tem grande parte da responsabilidade nesta anemia do exercício da democracia.

- No campo das empresas e das organizações, cada vez mais instáveis, as dramáticas de uso de si, os debates de normas, as renormalizações e as reservas de alternativas devem ser colocados em visibilidade, socializados e a sua viabilidade coletivamente avaliada para um futuro comum. Mas apesar de algumas disposições interessantes como “Espaços de Discussão”, a “Responsabilidade Social de Empresas”, as “empresas liberadas”, a “gestão ágil e benevolente”, índices ambíguos de um mal-estar no governo do trabalho, como também o são as “evasões” de estudantes das

Grandes Écoles (o "Desistir"), esses saberes-valores do trabalho permanecem amplamente ignorados ou desprezados. Porém, trata-se de nada menos do que saber para que usar o uso de si, quais valores devem nortear as renormalizações. Essa primeira forma de maltratar [ou de mal-uso?] a atividade enfraquece o mundo do trabalho na sua possível contribuição para os objetivos de um mundo comum a ser construído.

- O segundo mal-uso: esse governo do trabalho deve prestar contas às estratégias puramente financeiras que fazem a atividade desaparecer sob os números (a "quantofrenia" de Alain Supiot²²). É o trabalho que se tornou "invisível", conforme título do livro de P. Y Gomez (2014). Abriu-se um abismo entre a gestão dos valores financeiros pelos operadores e os responsáveis pelos fundos de investimentos, estão a anos-luz de distância dos múltiplos usos de si que os criaram, ao longo de cadeias de valor que se tornaram opacas. Mal-uso que desvaloriza e apaga a dor, as escolhas e o valor do trabalho como produtor de riquezas sociais.
- Enfim, qual lugar deve ser dado aos saberes valores que povoam todos os agires industriais na produção, na transmissão, na difusão dos conhecimentos? O prestígio que coroa o domínio dos saberes em desaderência, que ignora a necessidade de fazer dialogar culturas e inculturas específicas entre especialistas do conceito e interlocutores engajados no agir industrial, a resistência à ideia de que o debate sobre o "ser – ou o futuro – do homem" (para evocar a ante última frase da Apresentação de G. Canguilhem, 1988, p. 22) não é propriedade de ninguém, não será uma terceira forma de mal-uso? E talvez aquele que apoia os outros dois, porque como poderão aqueles que se sentem maltratados nestes campos 1 e 2 (empresas, finanças) confrontar democraticamente os gestores destes campos se não se sentem autorizados a pensar e a falar? Essa terceira batalha, a de um reequilíbrio em nós de saberes em desaderência e de saberes valores, não é a menos importante, porque questiona em todos nós a nossa capacidade de considerar o que nos torna semelhantes aos outros. Isto mostra que este

²² Segundo Supiot, nosso tempo é uma vítima da "quantofrenia", ou seja, da confiança imoderada e quase monomaniaca na abstração de números e cifras que se tornaram a linguagem dominante da ação política. Cf. **Le travail n'est pas une marchandise**, Collège de France, 2019. Cours au Collège de France (2012- 2014).

renascimento da democracia deve confrontar *simultaneamente* estes três campos onde a atividade laboral é hoje maltratada. E esse reequilíbrio intelectual, resultante da reflexão sobre o trabalho, nos remete às formas de utilização da nossa faculdade de conceituar. Um verdadeiro desafio, um verdadeiro “trabalho”, que todos temos – ou deveríamos ter – no coração a praticar.

E para ser franco, podemos pensar, ou pelo menos esperar, que a urgência do perigo climático, que concerne a todos os habitantes desta terra, possa dar uma verdadeira força a um projeto herança comum. Focalizando o agir industrioso na invenção de novos meios para continuar a viver, enfraqueceria o trabalho como criador de divisões entre os humanos (dimensão histórica), e aproximaria do seu significado genérico como pertencente igualmente a todos enquanto seres humanos vivos.

Uma palavra em homenagem a François Dagognet, outro grande homem de Langres, que foi o meu orientador de tese.

Obrigado

Recebido em maio de 2023 – Aprovado em novembro de 2023.

REFERÊNCIAS

- CANGUILHEM, Georges. Présentation. In: SCHWARTZ, Yves. **Experience et Connaissance du Travail**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, (1988) 2012, p. 19-22.
- CANGUILHEM, Georges. Milieu et normes de l’homme au travail. In: **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Publicado também em **Œuvres Complètes**, Vrin, 2015, t. IV, p. 292-306 e **Pro-posições**, Vol 12, nº 2-3 (35-36), jul. 2001, p. 109-121.
- CANGUILHEM, Georges. **La connaissance de la vie**. Paris: Vrin, 1965.
- CANGUILHEM, Georges. **Le normal et le pathologique**. Paris: PUF, 1966.
- DIDEROT, Denis. Article “Art”. In: **Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. Paris: 1751, vol. 1, p. 713 b-717 b.

- FRIEDMANN, Georges. **Problèmes humains du machinisme industriel**. Paris: NRF, 1947.
- GEHLEN, Arnold. **L'Homme**: sa nature et sa position dans le monde. Paris: Gallimard, 2020.
- GODELIER, Maurice. **L'Idéal et le matériel**: pensée, économies, sociétés. Paris: Fayard, 1984.
- KANT, Emmanuel. Appendice à la Dialectique Transcendentale: de l'usage régulateur des idées de la Raison pure. In: **Critique de la raison pure**, Tradução Tremesaygues e Pacaud, 1963. Paris: Quadrige/PUF, p. 452-485.
- LE GOFF, Jacques. **Le Moyen Age et l'argent**. Temus/Perrin, n. 749, 31 jan. 2019.
- LEROI-GOURHAN, André. **Milieu et technique**. Paris: Albin Michel, 1973.
- MARX, Karl. **Le Capital**. Traduction Française. Editions Sociales: 1950.
- TESTART, Alain. **Avant l'histoire**: L'évolution des sociétés, de Lascaux à Carnac. Paris: Gallimard, 2012.
- SAHLINS, Marshall. **Stone Age Economics**. Chicago: Aldine-Atherton, 1974.
- SAHLINS, Marshall. **Âge de pierre, âge d'abondance**: L'économie des sociétés primitives. Paris: Gallimard, 1976.
- SCHWARTZ, Yves. **Experience et Connaissance du Travail**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, (1988) 2012.
- SCHWARTZ, Yves, Ergonomie, philosophie et exterritorialité. In: **Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe**. Toulouse: Octares, 2000, p. 71-106.
- SCHWARTZ, Yves. Travail et usage de soi. In: **Travail et Philosophie**: convocations mutuelles. Toulouse: Octares. 1992, p. 43-66. Publicado também na Revista **Pro-posições**. v.11, n. 2(32), jul. 2000b, p. 34-50.
- SCHWARTZ, Yves, Les ingrédients de la compétence : un exercice nécessaire pour une question insoluble. In: **Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe**. Toulouse: Octares, 2000, p. 479- 503. Publicado também em **Educ. Soc.** Ano XIX, n. 65, dez. 1998, p. 101-139.
- SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (Org.). **Trabalho e Ergologia II**: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2016.
- SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Trabalho e Ergologia**: Conversas sobre a atividade humana. 3ª Edição revista e ampliada. EDUFF, 2021.

SCOTT, James C. **Homo domesticus**, une histoire profonde des premiers États. Paris: La Découverte, 2018.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mythe et Pensée chez les Grecs**. Éditions Maspero, 1969.